
COMISSÃO DE SAÚDE
XVII LEGISLATURA - 1.ª Sessão Legislativa

Sumário da audição de peticionários

[Petição n.º 47/XVII/1.ª](#)

DIA: 14 de janeiro de 2026

HORA: 14h00

Peticionários presentes: Francisco Henrique Moura George

Número de assinaturas: 1157

Assunto: «Pela Proteção Contra a Zona: Menos Iniquidade, Mais Sustentabilidade para o SNS»

Deputados presentes:

Irene Costa (PS) - Relatora

António Carneiro (CH)

Armando Grave (CH)

Cláudia Estevão (CH)

Isabel Fernandes (PSD)

Jorge Botelho (PS)

Liliana Fidalgo (PSD)

Paula Santos (PCP)

Susana Correia (PS)

A Deputada Irene Costa (PS), na qualidade de relatora, agradeceu a presença do peticionário, Dr. Francisco George, e deu-lhe a palavra para uma exposição inicial.

O peticionário apresentou uma proposta para a inclusão da vacina contra o Herpes Zóster (HZ) no Programa Nacional de Vacinação (PNV), dirigida a adultos a partir dos

50 anos. Explicou que a doença, também conhecida como «zona», afeta uma em cada três pessoas e pode causar complicações graves, como a nevralgia pós-herpética, com forte impacto na qualidade de vida, sobretudo entre idosos e imunocomprometidos.

Defendeu que existe uma vacina eficaz e segura, já utilizada em vários países europeus, mas que, em Portugal, permanece inacessível para quem não tem meios económicos, o que considerou uma iniquidade. Sublinhou os ganhos potenciais para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), quer na redução da doença, quer na diminuição de internamentos, medicamentos e ausências laborais.

Apontou o custo elevado da vacina como principal obstáculo à sua inclusão no PNV, sugerindo que o Governo negocie com a única farmacêutica produtora, tal como sucedeu no passado com os medicamentos para a hepatite C. Propôs ainda uma implementação faseada, começando pelos grupos de maior risco, e entregou um [documento técnico](#) com uma proposta de calendário vacinal para adultos.

Na ronda de intervenções, a Deputada Isabel Fernandes (PSD) valorizou a idoneidade do peticionário e reconheceu o interesse cívico gerado pela petição. Recordou, no entanto, que a DGS estimou que a vacinação universal dos maiores de 65 anos teria um custo quatro vezes superior ao orçamento anual do PNV, pedindo ao peticionário que identificasse grupos prioritários para uma eventual fase inicial.

O Deputado Armando Grave (CH) defendeu que a prevenção é um dever ético e económico e salientou o impacto humano e financeiro da doença. Considerou inaceitável a atual ausência de participação, que perpetua desigualdades, e colocou várias questões sobre o impacto clínico e económico do HZ e a estratégia ideal de vacinação.

A Deputada Susana Correia (PS) lembrou que o tema já tinha sido alvo de iniciativas do seu grupo parlamentar e que consta do Programa do Governo. Referiu que a DGS reconheceu os benefícios da vacina, mas alegou uma desproporcionalidade entre o custo da medida e os ganhos em saúde, pedindo ao peticionário que comentasse essa posição.

A Deputada Paula Santos (PCP) considerou inaceitável que o acesso à vacina dependa da capacidade financeira dos utentes, criticando a abordagem economicista do Governo. Defendeu uma visão de longo prazo na saúde pública e pediu ao peticionário que reforçasse o impacto da vacinação na prevenção e na qualidade de vida.

Na resposta final, o peticionário agradeceu as intervenções e reiterou a urgência de negociar o preço da vacina, sublinhando que o seu custo atual é inoportuno. Reforçou os benefícios da vacinação, quer em saúde, quer em poupança para o SNS, e denunciou a desigualdade no acesso à vacina como uma iniquidade moral e

institucional. Encerrou apelando à responsabilidade política na defesa da equidade no acesso à saúde.

A Deputada Irene Costa (PS) agradeceu o contributo do peticionário e informou que o documento entregue seria distribuído pelos grupos parlamentares. Garantiu que o tema seria considerado nos trabalhos parlamentares subsequentes, reiterando o compromisso com a prevenção e com a justiça no acesso aos cuidados de saúde.

A reunião foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante do presente sumário.

Palácio de São Bento, em 14 de janeiro de 2026

A assessora parlamentar

Inês Mota